O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO COMO CONSEQUÊNCIA DE SUA DOUTRINA FILOSÓFICA E TEOLÓGICA

TEACHING IN THOMAS AQUINAS AS A CONSEQUENCE OF HIS PHILOSOPHICAL AND THEOLOGICAL DOCTRINE

Matheus Yann Muniz da Assunção¹

Dr. Marcos Roberto Nunes Costa²

Dr. Suzano de Aquino Guimarães³

Resumo:

A partir do texto *De magistro*, depois de analisar alguns conceitos da doutrina de Santo Tomás de Aquino, e após fazer uma apresentação dos temas dos quatro artigos da referida obra, compreenderemos, especificamente, como o ensino é uma consequência de sua doutrina filosófica e teológica. Esperamos que com esse trabalho possamos propiciar uma compreensão mais ampla e profunda do que entendemos como uma filosofia da educação tomista, ainda que o próprio Aquinate não a tenha formulado nesses termos mais modernos. Assim, ao se estudar os princípios presentes no *De magistro* e as implicações oriundas dos mesmos, tornar-se-á explícito que tais princípios, embora sofram acidentalmente os condicionamentos próprios do contexto histórico e cultural do século XIII, oferecem luzes perenes que indicam caminhos de solução para alguns dos problemas educacionais atuais, especialmente quanto a má compreensão do papel do professor e do aluno, e a visão naturalista e fragmentada do ser humano.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; *De magistro*; Filosofia da educação.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: matheusyann.muniz@gmail.com

² Professor orientador - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com

³ Professor coorientador - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: suzano.guimaraes@ufpe.br

Abstract:

Based on the text *De magistro*, after analyzing some concepts of the doctrine of Saint Thomas Aquinas, and after presenting the themes of the four articles of the aforementioned work, we will understand, specifically, how teaching is a consequence of his philosophical and theological doctrines. We hope that with this work we can provide a broader and deeper understanding of what we understand as a Thomistic philosophy of education, even though Aquinas himself did not formulate it in these more modern terms. Thus, by studying the principles present in *De magistro* and the implications arising from them, it will become clear that such principles, although accidentally subject to the conditionings of the historical and cultural context of the 13th century, offer perennial lights that indicate paths to solutions for some of the current educational problems, especially regarding the misunderstanding of the role of the teacher and the student, and the naturalistic and fragmented view of the human being.

Keywords: Thomas Aquinas; *De magistro*; Philosophy of education.

Introdução

Todos os autores são unânimes em dizer que Santo Tomás de Aquino representa o apogeu do pensamento escolástico. Sua capacidade intelectual simultaneamente analítica e sintética fez dele um egrégio autor capaz de realizar a grande síntese filosófica entre os platônicos e aristotélicos, o que resultou na chamada *síntese tomista*.

Tomás de Aquino é muito conhecido e celebrado em diversas questões filosóficas e teológicas, sobretudo nos ambientes eclesiásticos, entretanto, compreendemos que apesar de ter crescido os trabalhos em explicar suas considerações educacionais, ainda é pouco o que se tem publicado sobre ele. Assim, a proposta desse artigo é discorrer sobre as características educacionais do pensamento de Tomás de Aquino que estão contidas implícita e explicitamente na questão *Sobre o mestre*, de forma que se torne possível a compreensão de que, partindo de considerações acerca de problemas filosóficos e teológicos de uma ordem mais geral, tais princípios ou doutrinas desembocam em uma fundamentação para a filosofia da educação tomista.

Com efeito, a relevância do tema se confirma considerando que encontramos no Organizador Curricular Trimestral - Formação Geral Básica

(FGB) - Filosofia (2025), que é documento normativo para o Ensino Médio no Currículo de Pernambuco, uma referência explícita ao Doutor Angélico:

HABILIDADES ESPECÍFICAS DOS COMPONENTES:
(EM13CHS101FI01PE) Analisar de modo crítico textos escritos e imagens de diferentes estruturas, fazendo articulação com as correntes filosóficas e considerando suas relações com o contexto sócio-político, econômico e religioso contemporâneo.
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Escolástica: **Tomás de Aquino** (etc.), Fé e razão. A questão dos universais: nominalismo e realismo (Secretaria, 2025, p. 4, destaque nosso).

3

O texto conhecido como *Sobre o Mestre* é a décima primeira questão das *Quaestiones Disputatae de Veritate* que contempla 29 questões independentes, sendo a primeira delas, *Sobre a verdade* que dá o nome do conjunto. Tais questões foram preparadas por Tomás de Aquino e versam sobre aspectos da Fé e da condição humana, elas foram preparadas para debates que o Aquinate presidia durante a Quaresma e o Advento. Segundo Jean Lauand (cf. *In: Aquino, 2001, p. 3*), essas questões foram disputadas em Paris de 1256 a 1259, sendo que o mesmo texto é do ano letivo de 1257-1258.

A questão *De magistro*⁴ é composta de quatro artigos: (i) se o homem pode ensinar e ser dito mestre, ou se somente Deus; (ii) se alguém pode ser dito mestre de si mesmo; (iii) se um homem pode ser ensinado por um anjo; (iv) se ensinar é ato da vida ativa ou da contemplativa.

Todos os autores que expõem ou comentam a questão *De Magistro*, de Santo Tomás, marcam a importância da atividade do aluno na aquisição do conhecimento; no entanto, divergem quanto à aproximação que Tomás de Aquino estabelece com Agostinho e Aristóteles: de um lado, alguns defendem que Tomás não apenas retoma, mas afirma os princípios agostinianos; de outro, alguns reiteram a importância do aristotelismo na fundamentação dos princípios tomistas. No entanto, parece-nos que ambas as coisas não são excludentes. Tomás de Aquino faz as duas, retoma e continua a doutrina

⁴ As citações literais do Aquinate neste texto foram extraídas da tradução de Maurílio Camello (cf. *In: Aquino, 2023*); esta tradução foi a base para o trabalho por considerarmos a mais próxima do texto latino. De Lauand, foram utilizados os estudos introdutórios à tradução e as notas (da edição *Sobre o ensino (De magistro) e Os sete pecados capitais*, Martins Fontes, 2001). Como nenhuma dessas traduções é bilíngue, utilizou-se como referência o texto latino (da edição *Opera omnia iussu Leonis XIII P. M. edita, t. 22*).

agostiniana,⁵ mas com uma fundamentação e rigor aristotélico: eis a *síntese tomista*.

O *De magistro* é um trabalho breve; na verdade, é como um relatório da discussão filosófica que Santo Tomás de Aquino dirigiu, como mestre, na Universidade de Paris. Nele se encontram os princípios fundamentais da doutrina tomista sobre a educação, em que o discípulo ocupa o lugar principal, porém, a importância do mestre é reiterada em sua formação uma vez que somente este possui a ciência em ato e é causa de saber no discípulo. Sua proposição básica, como convém a toda filosofia da educação, é a de que todo homem tem aptidão para ser educado, quer dizer, enquanto a base do processo educativo é o princípio da atualização das potências. Segundo Mary Mayer (cf. *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 94*), “a tese fundamental do *De magistro* afirma a educabilidade do homem, isto é, sua autoatividade, plasticidade e liberdade”. O conhecimento humano está em estado de potencialidade. Nosso principal objetivo, é mostrar a importância da obra de Tomás de Aquino para a filosofia moderna da educação, pois trata de questões atuais, como a de que se existe uma forma mais ou menos adequada e eficiente para a consecução dessa tarefa, e também do papel do mestre e do discípulo no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Mary Mayer, podemos dizer que os pontos capitais do *De magistro* são, de modo geral, divididos em quatro partes:

(i) *o aluno deve ter um problema*. Deve possuir o conhecimento em potência. Ao mestre cumpre amparar o discípulo e guiá-lo no conhecimento da verdade; (ii) *o aluno necessita que o mestre o auxilie a organizar a própria experiência*. O mestre deve conhecer perfeitamente o assunto a estudar; (iii) *a descrição do método e a descrição do processo reflexivo*; (iv) *o aluno é capaz de se determinar*. O mestre deve respeitar sua liberdade e, também compreender, as consequências dissolventes do erro. O conceito filosófico que o mestre tiver da vida determinar-lhe-á a atitude em face da verdade (Mayer, *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 85-86*, destaque e numeração nossa).

⁵ Quanto a questão das *razões seminais*, alguns afirmam que Santo Agostinho tenha fundamentado tal noção, em alguma medida, na doutrina aristotélica do ato e da potência, pois na medida em que as *razões seminais* são criaturas criadas apenas em potência que se tornarão ato ao transcorrer do tempo, é inegável que Aristóteles tenha sido uma fonte possível (cf. Costa; Brandão, 2007, p. 21).

Esses pontos estão intimamente ligados à característica fundamental da sociedade medieval, a saber, a preocupação com a relação entre Deus e o homem. O homem medieval, mais que qualquer outro, tem a clareza de que necessita de um mestre, de um superior, pois todos os homens possuem um desejo natural de integração da sua experiência e o mestre tem um papel fundamental nessa questão. Assim, ele pode ter um conhecimento compreensivo e sistemático na compreensão da verdade.

O método apropriado de apresentação de Santo Tomás de Aquino é a estrutura silogística própria da escolástica, cujo centro é a *quaestio disputata*. Segundo Jean Lauand (cf. *In: Aquino, 2001, p. 4*), a *quaestio disputata* é, justamente, o que integra a própria essência da educação escolástica, pois não era suficiente ao homem medieval a simples exposição dos grandes livros, senão que também as grandes ideias fossem examinadas criticamente na disputa. Essa era a essência da universidade em geral.

Além disso, o Aquinate compreendia que o mestre deveria respeitar a liberdade do discípulo e, no entanto, o afastar do erro. Com o ensino da lógica dentro do sistema das *questões disputadas*, como já mencionamos, a intenção era fazer o discípulo saber pensar segundo a ordem dos conceitos com referência ao real, coisa à qual as escolas atuais estão alheias. Ademais, Tomás de Aquino se preocupava intensamente em atender às necessidades de seus discípulos, buscando oferecer a estes uma ordem e método apropriado de ensino, marcado por uma linguagem clara e precisa, como deixa transparecer o prólogo da *Suma Teológica*:

O doutor da verdade católica deve não apenas ensinar aos que estão mais adiantados, mas também instruir os principiantes, segundo o que diz o Apóstolo: *‘Como as criancinhas em Cristo, é leite o que vos dei a beber, e não alimento sólido’*. Por esta razão nos propusemos nesta obra expor o que se refere à religião cristã do modo mais apropriado à formação dos iniciantes. Observamos que os noviços nesta doutrina encontram grande dificuldade nos escritos de diferentes autores, seja pelo acúmulo de questões, artigos e argumentos inúteis; seja porque aquilo que lhes é necessário saber não é exposto segundo a ordem da própria disciplina, mas segundo o que vai sendo pedido pela explicação dos livros ou pelas disputas ocasionais; seja ainda pela repetição frequente dos mesmos temas, o que gera no espírito dos ouvintes cansaço e confusão. No empenho de evitar esses e outros inconvenientes, confiando no auxílio divino,

apresentar a doutrina sagrada sucinta e claramente, conforme a matéria o permitir (Aquino, *S.Th.*, Prólogo, § 1-2).

Dessa forma, levando em consideração que Tomás de Aquino se entregou à busca da verdade e na fundamentação racional de diversas questões, marcando assim profundamente a história do pensamento filosófico, dedicando-se à prática educacional como mestre universitário, procuraremos apresentar algumas considerações acerca da concepção educacional tomista que se encontra, sobretudo, no texto *De magistro*, que é a décima primeira questão das *Quaestiones Disputatae de Veritate*.

Assim, a partir do texto *De magistro*, depois de compreender alguns conceitos da doutrina de Tomás de Aquino, e de fazer uma breve apresentação dos temas dos quatro artigos da referida obra, buscaremos compreender, especificamente, como o ensino, segundo Tomás de Aquino, é uma consequência de sua doutrina filosófica e teológica.

Esperamos que com esse trabalho possamos propiciar uma compreensão mais ampla e profunda do que entendemos como uma filosofia da educação tomista, ainda que o próprio Tomás de Aquino não a tenha formulado nesses termos mais modernos; porém, como veremos, estas são implicações necessárias e oriundas do próprio pensamento do Aquinate, o que faz com que percebamos a sua originalidade e colaboração para o ambiente filosófico e para o campo educacional.

1 O conceito de educação

A formação intelectual do homem é essencial para o seu íntegro desenvolvimento pessoal, razão porque tal desenvolvimento exige igualmente a formação moral. Segundo Paulo Faitanin (cf. 2007, p. 196), “educar é formar a inteligência para a *verdade*, a vontade para o *bem* e permitir à liberdade a escolha da verdade e do bem”. Ou seja, verdade e bem são os fins, os ideais da educação, que não podem ser substituídos.

Segundo Aristóteles, todos os homens, por natureza, tendem ao saber, isto é, desejam naturalmente conhecer. Pois bem, ensina Santo Tomás de Aquino

em seu comentário à *Metafísica* de Aristóteles, que a operação própria do homem enquanto homem é conhecer, pois naturalmente o desejo do homem se inclina ao conhecimento e, por consequência, à ciência; razão porque é próprio do homem ordenar-se à sabedoria, à verdade e à sua formação integral (cf. *Ibid*, p. 198). Em sua proposta pedagógica, Tomás de Aquino defende justamente a educação humana até seu estado de perfeição, isto é, a educação é a promoção do homem ao estado de perfeição ou de virtudes.

Observa Paulo Faitanin (cf. 2007, p. 198) que o vocábulo *pedagogia* foi utilizado nos últimos anos para designar qualquer método de ensino. Contudo, originalmente, designava a própria arte de ensino em sua amplitude intelectual e moral. Paulo Faitanin (cf. *Ibid.*) diz no mesmo lugar que em Santo Tomás encontramos uma normativa geral para a educação do homem, assim, *educação* ou *arte de ensino* é o meio pelo qual se dá a formação intelectual, a partir dos hábitos dos primeiros princípios aplicados para o conhecimento da verdade; e a formação moral, a partir do cultivo dos hábitos práticos para a aquisição das virtudes morais em vista da consecução do bem, especialmente no cultivo da virtude da religião para dispor e orientar o homem para Deus, seu fim último. Ou seja, segundo Tomás de Aquino, a educação humana deve ser essencialmente subordinada, quanto ao fim e quanto aos meios, à formação intelectual, moral e religiosa. Isso porque Fé e razão não são excludentes, pois como bem explica Gallus Manser, (cf. 1947, p. 121-150), segundo Santo Tomás de Aquino, há uma harmonia entre Fé e razão e embora sejam realmente distintas, não há uma separação.

Sobre isso comenta Paulo Faitanin:

O Aquinate buscou em sua plenitude conciliar as verdades de fé com as da razão. Por isso para ele não são excludentes, ao contrário, o ensino da religião nesta perspectiva conciliadora com a ciência, naquilo que de verdade há na ciência, é salutar para a íntegra formação humana. Neste sentido, a formação humana envolve tanto a esfera religiosa, quanto intelectual e todas as instituições civis, desde a menor célula da sociedade, a família, até a mais complexa temporal, o Estado, como também a Igreja, a sociedade eterna. É dentro deste contexto que o Aquinate articula a educação humana (2007, p. 200).

Ainda sobre isso, Paulo Faitanin observa que Tomás de Aquino falou direta e indiretamente acerca deste tema e podemos encontrar no *Corpus Thomisticum* diversas considerações, ainda que o vocábulo *educativo* ocorra apenas 25 vezes no conjunto de suas obras (cf. 2007, p. 200). Tomás de Aquino recorre ao uso de muitas palavras ao considerar a formação do homem. Comumente usa a palavra *formatio*. A palavra *educativo*, tomada como sinônimo de *formatio*, assume os seguintes significados: (i) *moral*, quando se refere à instrução do espírito; (ii) e *física*, quando se refere à manutenção do corpo (cf. Aquino, *S.Th., suppl.* 41, 1; 59, 2). Tomamos aqui o primeiro sentido.

Sobre esse mesmo assunto, diz Platão que “o homem pode converter-se no mais divino dos animais, sempre que se o eduque corretamente; converta-se na criatura mais selvagem de todas as criaturas que habitam a terra em caso de ser mal-educado” (Platão, *apud* Faitanin, 2007, p. 200).

Por essa razão, para Tomás de Aquino a educação tem uma estreita relação com a procriação (cf. Aquino, *S.Th.*, I-II, q. 94, a. 2; Aquino, *S.C.G.*, cap. CXXII, n. 4). Pois, para o marido e para a mulher, no matrimônio, a geração e educação dos filhos são o *fim primário* da relação conjugal; e a ajuda mútua dos cônjuges e o remédio da concupiscência é o *fim secundário*. É por meio do *fim primário* que são os filhos orientados a manifestar toda a riqueza que aprenderam em prol do bem comum e em vista da glória de Deus.

No *De magistro*, Santo Tomás descreve o processo educativo nos conceitos de potência e ato, quer dizer, educação é compreendida como a redução do conhecimento em ato, a partir da potência. Assim, segundo o Aquinate, ensinar consiste em conduzir o discípulo da potência ao ato. Entretanto, o mestre apenas apresenta sinais para que o discípulo possa realizar este processo de redução do ato de conhecimento, ou seja, essa passagem é mais um trabalho do discípulo, conquanto não se exclua o papel específico do mestre, pois o mestre está em ato, ao passo que o discípulo está em potência para o conhecimento.

Segue-se dos princípios fundamentais do pensamento teológico e filosófico de Santo Tomás de Aquino, que ele objetiva oferecer uma formação tal que faça do discípulo, acima de tudo, um bom cristão. Ou seja, alguém que

compreende que o princípio e fundamento de sua vida é louvar, reverenciar e servir a Deus e assim salvar a sua alma. E quanto às coisas criadas, deve usufruir e abster-se delas tanto quanto o ajudem ou o afastem do seu fim, Deus mesmo.

A educação tal como concebemos hoje difere essencialmente do modo medieval. Em nossos dias a educação é responsabilidade primária do Estado e secundariamente da família (cf. *Constituição Federal*, Art. 205), enquanto que no medievo cabia à família, aos mosteiros e corporações de ofício. Desta maneira, organicamente, surgiram as escolas e universidades medievais. Cabia a eles preparar o aluno no âmbito intelectual e moral.

Quanto a este último, desde muito tempo as escolas não se preocupam minimamente. Sobre isso comenta Carolina Belém Pereira:

Para uma sociedade marcada por uma tomada de vida laicizada, consumista, relativista e hedonista, muitas vezes, o ensino religioso é malvisto, porque se aliado à formação intelectual, perfila o senso moral e tornam os alunos críticos do convite às paixões e desventuras da modernidade (2013, p. 4).

Ainda que algumas práticas atuais sejam compatíveis com a noção de educação segundo Tomás de Aquino, na verdade, a noção do Aquinate e a noção atual de educação são essencialmente contrárias e excludentes. A noção atual tem por fundamento o subjetivismo que diz que todo conhecimento depende *indiscernivelmente* do sujeito cognoscente. Sua contraparte prática é o liberalismo, que é a “doutrina segunda a qual o homem não está orientado de modo algum, ou está orientado apenas acidentalmente, a seu fim último, que é Deus mesmo” (Scherer, 2021, p. 243).

Assim, a liberdade é entendida como o valor supremo da pessoa humana. Quer dizer, há uma *falsa noção de liberdade* contraposta polemicamente à autoridade, e entendida não como a potência para a escolha do bem, senão como a faculdade de eleger o bem ou o mal (cf. *Ibid*, p. 242)., quando, na verdade, a liberdade não é um fim em si mesma: não é uma autodeterminação. A liberdade, que é faculdade da vontade e da inteligência, é fundamentada e limitada pela verdade e pelo bem. Pois só há liberdade na *obediência à forma*. A autoridade aperfeiçoa a liberdade ao permitir ao homem escolher com mais

certeza o que lhe convém. Em suma, quando a verdade deixa de ser a baliza da liberdade, o subjetivismo e, portanto, o relativismo se instalam.

O ensino para Santo Tomás de Aquino deve ser uma promoção do homem, e não há uma promoção maior do que a que dispõe o espírito para a humildade e para o reconhecimento de verdades que transcendem a vida do homem. Assim, aprender é ato de humildade e ensinar de caridade ou obra de misericórdia espiritual. Ambas atividades fazem transparecer que o homem é um ente *ab alio*. Ao passo que o ensino atual é humanista e tem por fundamento o naturalismo. É o culto do homem pelo homem. Assim como Prometeu, a educação atual faz com que o homem possa queimar para os homens o incenso reservado a Deus.

2 As questões disputadas

A *quaestio disputata* como metodologia não é uma invenção própria de Santo Tomás de Aquino, senão que se usava em sua época para tratar dificuldades surgidas em textos lidos e que geravam controvérsias. É o método através do qual Tomás de Aquino apresenta o texto *De magistro*, e a estrutura silogística própria da escolástica, razão pela qual é o que integra a própria essência da educação escolástica, pois o homem medieval queria examinar as grandes ideias na disputa. Com esse método, a intenção era fazer o discípulo saber pensar segundo a ordem dos conceitos com referência ao real.

Para que possamos avaliar o significado de uma *quaestio disputata* em Santo Tomás de Aquino, vejamos a sua estrutura e modo de operação.

Uma *quaestio disputata* está dedicada a um tema e divide-se em artigos. Primeiro anuncia-se a tese de cada artigo sob a forma de polêmica *Utrum...* e a questão, iniciada por um *videtur quod non...*, dá primeiro voz ao adversário pela *objectiones*, objeções à tese que o mestre pretende sustentar.

É fácil observar o caráter paradigmático e atemporal da *quaestio disputata*, pois a temática é considerada sob um ângulo universal. No momento que ocorre a disputa verbal, ocorre também o diálogo universitário que nos tempos de hoje é ainda mais importante.

Após as objeções segue-se o *sed contra*, sentenças pontuais colhidas em favor da tese do artigo; algumas vezes *in contrarium*, que defendem uma terceira posição. Depois disso, o mestre expõe sua tese no corpo do artigo, a *responsio*, a solução. Em seguida, a *responsio ad obiecta*, resposta a cada uma das objeções.

Na *quaestio disputata* Tomás de Aquino nos mostra que podemos conhecer a verdade, mas não podemos esgotá-la. Quando o homem conhece a verdade, na medida em que o pode fazer, a discussão chega a uma *responsio*, a uma certa *determinatio*. Segundo Jean Lauand (cf. *In: Aquino, 2001, p. 5-6*), bem como outros autores, é nota característica da *quaestio disputata* de Santo Tomás de Aquino a apresentação do adversário com toda a honestidade de tal modo que formule suas posições, contrárias às que defende, sem distorções, exageros ou ironia. Alguns até chegam a confundir a tese adversária com a de Tomás de Aquino em razão de grande honestidade.

Segundo Wilson Fernando Mendoza Rivera (cf. *In: 2021, p. 73*), o método *quaestio* é um processo em que se articula em diferentes níveis de conhecimento. O ponto de partida é sempre a experiência sensível que nos faz conhecer as coisas sensíveis. Aos poucos, à medida que a *quaestio* vai se desenvolvendo, acessamos a essência inteligível nas coisas sensíveis. Poderíamos classificar assim os diferentes níveis de conhecimento: *Utrum* (experiência), *Videtur* (diversas opiniões), *Sed contra* (contraste de opiniões), *Respondeo dicendum* (determinação), *Dicendum* (resposta) (cf. *ibid*).

As *diversas opiniões* estão em um nível de equivocidade e as *opiniões em contraste* estão em um nível de univocidade. Então, na busca pela solução, Tomás percebe que a inteligência é conduzida por critérios verdadeiramente sólidos e com fundamento no real. Assim, a solução não pode ser fundamentada em argumentos de veracidade equívocos que podem dar lugar ao relativismo, tampouco em argumentos unívocos que podem dar lugar ao dogmatismo. Desse modo, a inteligência vai ascendendo a um nível de argumentação analógico para determinar a solução dos problemas. Segundo Wilson Fernando Mendoza Rivera (cf. *Ibid, p. 74*), esse é um nível de síntese porque se reconhecem as

ideias principais e verdadeiras da *questio disputata*. Assim, Tomás de Aquino ascende à verdade e refuta os erros das diversas opiniões.

Tal método, ao elucidar questões, lida com argumentos convergentes e divergentes, somados a uma resolução e uma refutação dos argumentos inconsistentes. Por essa razão, para desenvolver no discípulo habilidades intelectuais compatíveis com as exigências da lógica e da dialética, parece que seja um recurso ainda muito válido e que atende às necessidades educacionais atuais que buscam estimular a participação dos estudantes nas discussões em sala de aula.

3 Antropologia filosófica

Ao longo do *De magistro* por trás de questões pedagógicas encontram-se concepções filosóficas e teológicas, coisa que observaremos no decorrer do artigo.

Ao contrário de seus contemporâneos que influenciados pela tese platônica tinham uma posição demasiadamente espiritualista (como no caso dos franciscanos), Santo Tomás de Aquino afirma o homem em sua integralidade, isto é, com uma união intrínseca entre alma e corpo no composto humano.

Nesse sentido, compreende-se melhor as colocações do Aquinate no próprio *De magistro*: (i) se o homem pode ensinar e ser dito mestre ou se somente Deus; (ii) se alguém pode ser dito mestre de si mesmo; (iii) se um homem pode ser ensinado por um anjo; (iv) se ensinar é ato da vida ativa ou da contemplativa.

Jean Lauand comenta sobre essa posição demasiadamente espiritualista e diz o seguinte:

O exagero do papel de Deus - no caso em relação à aprendizagem - é por conta daquela teologia que considera tão sublime a inteligência humana que, em cada caso que ela ocorre, requereria uma iluminação imediata de Deus. Tomás, em seu realismo, admite uma iluminação de Deus, mas esta iluminação Deus no-la deu de uma vez por todas, dotando-nos da 'luz natural da razão', aliás, dependente das coisas mais sensíveis e materiais... (*In*: Aquino, 2001, p. 7, destaque do autor).

Essa é a interpretação mesma que Santo Tomás admite do Salmo 4 e do prólogo do Evangelho de São João, quando em ambas passagens se fala da luz que Deus deu aos homens.

Anima forma corporis: a alma é a forma substancial, em intrínseca união com a matéria. Eis a tese fundamental da antropologia tomista. O Aquinate afirma o homem em sua integralidade, porém, não como coisas justapostas extrinsecamente como queria Platão, pois, como veremos mais adiante, a alma é “forma” e o corpo é “matéria”: ambos são copríncípios para a união *intrínseca* do composto humano; e, além disso, há uma ordenação essencial da matéria à forma.

Sobre isso comenta Jean Lauand:

Do ponto de vista aristotélico, esse dualismo platônico atenta contra a intrínseca unidade substancial do homem, ao desprezar a dimensão material do ser humano, exagerando a separação entre o espiritual e o corpóreo. E é esta unidade o que, afinal, permite a cada homem proferir o pronome ‘eu’, englobando tanto o espírito quanto o corpo. Para os platônicos (e para a teologia dominante em Paris no tempo de Tomás), o homem seria essencialmente espírito, em *extrínseca* união com a matéria: a matéria não faria parte da realidade propriamente humana. Já para Tomás há, no homem, uma união intrínseca de espírito e matéria (*In*: Aquino, 2001, p. 8, destaque do autor).⁶

Ou seja, o homem não é só alma, mas uma união composta de alma e corpo (cf, Aquino, *S.Th.*, I, q. 75, a. 4).

É errado dizer que só a forma é da razão da espécie e esquecer da matéria, pois, segundo tal posição, esta seria apenas parte do indivíduo, não da espécie. Na verdade, a natureza da espécie é significada pela definição. E a definição das coisas naturais não é só em razão da forma, senão que também da matéria. Daí dizemos: *o homem é um animal racional*. Porque a essência é aquilo que é significado ou expresso pela definição de uma coisa. Assim, diz Santo Tomás, “a matéria é parte específica nas coisas naturais, não a matéria assinalada, que

⁶ Jean Lauand comenta que poderíamos dizer ser a união *extrínseca* a que se dá entre o indivíduo e sua roupa; ao passo que a união *intrínseca* a que se dá entre um objeto e sua cor (cf. *In*: Aquino, 2001, p. 8).

é o princípio da individuação, mas a matéria comum” (Aquino, *S.Th.*, I, q. 75, a. 4).

“Alma” designa o princípio⁷ de vida dos seres vivos, pois aos seres vivos chamamos *animados*, e aos carentes de vida de *inanimados*. Assim, “é chamado de vivo tudo o que se move ou age por si mesmo” (Aquino, *S.Th.*, I, q. 18, a. 1). Por conseguinte, é impossível ao corpo enquanto corpo ser o primeiro princípio da vida, do contrário, todo corpo seria vivo ou princípio de vida. Ademais, o que é *tal* em ato, o é em razão de um princípio que é seu ato. Logo, a alma que é o primeiro princípio da vida não é corpo, mas ato do corpo (cf. Aquino, *S.Th.*, I, q. 75, a. 1).

Tal é a aceitação de Tomás de Aquino quanto ao corpo como integrante essencial da natureza humana, que diz o seguinte: “A alma necessita do corpo para conseguir o seu fim, na medida em que é pelo corpo que adquire a perfeição no conhecimento e na virtude” (Aquino, *S.C.G.*, III, c. CXLIV). E mais: “O intelecto humano, que está acoplado ao corpo, tem por objeto próprio a natureza das coisas existentes corporalmente na matéria. E, mediante a natureza das coisas visíveis, ascende a algum conhecimento das invisíveis” (Aquino, *S.Th.*, I, q. 84, a. 7).

Nesta afirmação resume-se o que diremos mais adiante sobre o modo como nosso intelecto procede para adquirir conhecimento das coisas. Mas, insista-se, mesmo as realidades mais espirituais só são alcançadas por nós mediante o sensível: “Ora, tudo o que nesta vida conhecemos, é conhecido por comparação com as coisas sensíveis naturais” (Aquino, *S.Th.*, I, q. 84, a. 7). Essa é a chave de interpretação do pensamento do Aquinate: voltar-se para o real, para o concreto, para o sensível e ascender por via analógica ao que é espiritual. O sensorial marca profundamente não apenas a pedagogia, mas todo o seu edifício doutrinário (cf. Aquino, *S.Th.*, II-II, q. 49, a. 1).

⁷ O nome “princípio” significa aquilo que põe ordem em algum processo. Portanto, implica dupla coisa: (i) o mesmo princípio; (ii) o que é ordenado. Por exemplo, assim diz-se que Deus é princípio porque dele se segue a criação.

Para bem compreendermos o *De magistro* é imprescindível oferecer uma explicação dos conceitos fundamentais da antropologia filosófica de Tomás de Aquino que, como se sabe, é eminentemente aristotélica.

4 Potência e ato

Em vista de melhor compreender a redução do conhecimento em ato, nós nos voltaremos para a doutrina aristotélico-tomista, que define a potência como potencialidade de vir a ser e ser em ato aquele que é. Segundo tal doutrina, o ente ou é só em ato ou é em potência; ou é, ao mesmo tempo, em ato e em potência.

Assim, a análise da potência e ato no âmbito físico, isto é, da matéria e da forma, são as raízes físicas da atividade espiritual e, por via analógica, podemos aplicar esse ensinamento também para além da física; neste caso, considerando a matéria enquanto potência e a forma enquanto ato.

Por *actus*, entende-se a ação que se faz (*in fieri*) ou que se fez (*in factus esse*) (cf. Calderón, 2016, tomo I, p. 194). Assim, “ato” é o que é com novidade. Por conseguinte, o termo “ato” pode ser entendido duplamente: (i) ato primeiro, que é a forma; e (ii) ato segundo que é a operação. Contudo, Álvaro Calderón observa que tal distinção não se aplica à Física (cf. *Ibid.*, p. 196).

Por *potentia*, entende-se o que tem aptidão para ser ou fazer (cf. *Ibdi*, p. 195). Também pode ser entendida duplamente: (i) como *potência ativa*, que é o princípio da ação; e (ii) como *potência passiva*, que é a possibilidade de padecer a ação.

É sobre tal doutrina que repousa a poderosa síntese tomista.

Isso pode mudar e mudar: por quê? A genialidade de Aristóteles, o que o fez ser o que foi, o Filósofo por antonomásia, consistiu em resolver o problema da mudança. A ciência é conhecimento pelas causas, e as causas são quatro: final, eficiente, formal e material, em ordem de importância. A primeira ciência que vai investigá-las de maneira própria e completa é a física, deve ser a física.

Já no I livro da *Física*, Aristóteles apresenta essas noções para explicar a mudança. Aqui, a união de matéria-forma exprime a distinção potência-ato. Essa distinção é formalmente dada na explicação do movimento: *ato do que é em potência enquanto tal*. Após outras utilizações dessas noções, o tratado acaba pela evocação do primeiro motor, ato puro, em que se resolve o movimento do universo.

Na *Metafísica*, vemos reaparecer essas noções ao lado das categorias, ao nível das divisões do ente. No livro Θ (theta) se manifesta a preocupação de extrair essas noções do problema particular do movimento para elevá-las até o nível do ato imóvel, forma pura. É aqui que está o fio condutor para compreender o pensamento de Tomás de Aquino sobre o ensino.

Além disso, Aristóteles faz uso contínuo das noções de ato e potência em psicologia, as adapta à lógica e mesmo às matemáticas. Por isso alguns dizem que essas noções são a pedra angular de todo o seu sistema filosófico.

A solução aristotélica do problema da mudança pode ser vista como um realismo puro e simples entre as doutrinas extremas do eleatismo (tudo é ser - melhor seria dizer ente) e o heracliteísmo (tudo é devir). Parmênides, não admitindo nenhum meio termo entre o ente e o não ente, terminava por negar a realidade do devir. Heráclito, pelo contrário, reconhecia a realidade da mudança que, para ele, era um dado primitivo, mas sob o fluxo das aparências parecia não reter nenhuma realidade estável, isto é, não haveria permanência de substrato (*hypokeimenon*) da transformação. A solução de Aristóteles é importante pois o perpétuo dinamismo instaurava a impossibilidade de juízo (enquanto valor verdade) e da ciência.

Como, então, conservar ao mesmo tempo o ente e o devir? Reconhecendo que entre o ente no estado acabado, *o ente em ato* e o puro não ente, há uma espécie de intermediário, *o ente em potência*, que já pertence ao real sem estar ainda perfeitamente realizado. Assim, a mudança é a passagem do ente em potência ao ente em ato.

Por exemplo, um escultor projeta uma estátua, escolhe um bloco de mármore que talha até o acabamento da estátua. O que se passou

metafisicamente falando? Quando a estátua estava terminada, diz-se que estava *em ato*. Antes ela tinha ser? Evidentemente não tinha ser em ato. Mas não possuía nenhuma realidade? Se o afirmamos, o processo da fabricação da estátua torna-se ininteligível, pois esta parece saltar do puro nada. De fato, o escultor apenas pode iniciar a tarefa porque dispunha de uma matéria conveniente, o mármore, no caso, de onde, de algum modo, extraiu a estátua. Esta ainda não estava *em ato*, mas podia do mármore ser extraída, estava *em potência*. A fabricação foi uma passagem da estátua em potência à estátua em ato. Assim, analisando o movimento detidamente, o físico é levado a distinguir dois *coprincípios* na entrada da natureza: *matéria, enquanto princípio potencial, e forma, enquanto princípio atual*. Ademais, como explica Tomás de Aquino, também chega ao conhecimento da noção de *privação* que “chama-se princípio, não por si, mas por acidente, por coincidir com a matéria” (Aquino, 2003, p. 23). Conclusões análogas surgem da análise de processos naturais como o da germinação. Desse modo, a realidade do devir, como a do ente, encontram-se assim salvaguardadas.

Aristóteles propõe esta doutrina a partir da análise da mudança, quer dizer, no enfoque próprio da física, que é a ciência do ente móvel; porém, depois a considera na *Metafísica*, em seu livro Θ (theta), como já mencionamos. Contudo, Santo Tomás de Aquino a estende, por via de analogia, na consideração própria da *Metafísica*, ciência do ente enquanto ente, e também da Teologia Sagrada que busca compreender Deus e seus bens.

Assim, para Aristóteles e para Tomás de Aquino afirma-se a realidade espiritual, mas em articulação, em íntima conexão analógica com as realidades físicas.

A *matéria prima* será o sujeito da mudança substancial. É a primeira responsável de todas as passividades das coisas naturais, isto é, de todas as *potências passivas* de ordem accidental, que são sujeitos imediato das *qualidades possíveis* ou formas accidentais (cf. Calderón, 2020, p. 301).

A matéria prima é pura indeterminação ou potência pura, mas possui grande apetite pela forma. Não há maneira de separar a forma da matéria prima, isto é, não há como aniquilar esse apetite. Mesmo que se separe

forçadamente em subpartículas, sempre há algo a integrar-se em uma substância inteira.

O próprio da matéria é ser sujeito da forma, e por meio da forma ser sujeito do ser, porém é *subiectum* tanto do *fieri* como do *esse*. Daí que, enquanto sujeito do *esse*, a matéria não deixa de ser sujeito de alguma forma, porém enquanto aberta ao *fieri*, se sabe sujeito aberto a toda forma, *ad omnia*, e não se consola com ser sujeito de uma única e pobre coisa (Calderón, 2020, p. 301, tradução nossa e destaque do autor).⁸

A matéria é princípio potencial do ser e do fazer-se. Assim, é (i) *princípio do ser* (princípio intrínseco *in qua*), a matéria determinada que constitui o sujeito da inerência, por exemplo, esta ou aquela matéria que recebe a forma que a atualiza; (ii) *princípio do fazer-se* (princípio passivo *ex qua*), a matéria determinável (moldável, ordenável) para uma determinação, por exemplo, a madeira para fazer uma mesa.

Enquanto a matéria é princípio de individuação, a forma é princípio de especificidade, e, portanto, princípio da universalidade da essência, que é única para todos os indivíduos da mesma espécie, os quais se distinguem somente por seu número e por diferenças puramente acidentais, coisas que provêm da matéria.

A forma é princípio ativo do ser e do fazer, portanto, ato primeiro. A forma se mostra de modo primeiro e imediato como princípio do ser das coisas, em sua função de causa formal; porém, como havíamos dito, também se comporta, de modo segundo e mediato, como princípio do *agere* e do *facere*, da obra e do fazer das coisas, em sua função de causa eficiente. Assim, a forma é, de uma só vez, ato pelo que são as coisas naturais (ato primeiro), e potência ativa pelo qual obram essas mesmas coisas (ato segundo).

Portanto, assim como a matéria, enquanto princípio do *fieri* não se conforma com ser sujeito de uma única coisa, assim, também a forma, enquanto princípio do *agere* e do *facere*, não se limita a ser perfeição de uma

⁸ “Lo propio de la materia es ser sujeto de la forma, y por medio de la forma ser sujeto del ser, pero es subiectum tanto del fieri como del esse. De allí que, en cuanto sujeto del esse, la materia no deja de ser sujeto de alguna forma pero en cuanto abierta al fieri, se sabe sujeto abierto a toda forma, ad omnia, y no se consuela con ser sujeto de una única y pobre cosa” (Calderón, 2020, p. 301).

única coisa, senão que procura ser também de alguma maneira o que são as outras, *esse quodammodo omnia* (cf. Calderón, 2020, p. 302).

Portanto, a noção filosófica de potência, que se identifica com a matéria, não é um ente completo senão uma *parte* ou princípio, que não pode existir por si mesmo e é um princípio *permanente*. E algo semelhante ocorre com a noção filosófica de ato, que se identifica com a forma, que tampouco é um ente completo senão *parte*, e que somente se dá ao término da mudança, no entanto não remove a potência, senão que a atualiza compondo-se com ela. Ou seja, ambas noções não são contrárias, senão *correlativas*, isto é, são *coprincípios* substanciais (cf. Calderón, 2020, p. 28; 33-35 e 303).⁹

A forma e a matéria são mutuamente causas¹⁰ quanto ao ser. A forma é causa da matéria na medida em que lhe dá o ser em ato; a matéria é causa da forma na medida em que a sustenta. Dizemos que ambas são causas mutuas do ser quer *simpliciter*, quer *secundum quid* (cf. Calderón, 2020, p. 43).

Assim, observamos que matéria e forma são como que os dois batentes que permitem o ingresso ao escondido reino das causas, imediatamente das causas naturais, porém, logo de todas as outras causas, tanto de ordem metafísica como sobrenaturais. Porque todas se abrem com a mesma chave: as noções analógicas de potência e ato (cf. Calderón, 2020, p. 26-27). Com isso, fica claro que o fim a que se ordena o obrar natural não é natural, senão metafísico (cf. Calderón, 2016, tomo II, p. 297).

5 O problema do ensino no *De magistro* (*De veritate*, q. 11)

Segundo Mary Mayer (cf. *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 85-86*), podemos dizer que os pontos capitais do *De magistro* são, de modo geral, divididos em quatro partes: (i) o aluno deve ter um problema; (ii) o aluno necessita que o mestre o auxilie a organizar a própria experiência; (iii) a descrição do método e a descrição do processo reflexivo; e (iv) o aluno é capaz de se determinar.

⁹ Álvaro Calderón explica que é totalmente impróprio pensar de maneira sequencial, em *momentos* anteriores e posteriores, pois a mesma *existência* do composto não pode dar-se sem a recíproca influência de todos estes princípios (cf. Calderón, 2020, p. 28; 33-35 e 303).

¹⁰ O nome “causa” significa certo influxo ao ser causado.

Pois bem, o método através do qual Tomás de Aquino apresenta esses pontos capitais no *De magistro* é a *quaestio disputata*. Como mencionamos anteriormente, tal método é a estrutura silogística própria da escolástica. É característica do homem medieval querer que as grandes ideias se examinassem criticamente na disputa. Com esse método, a intenção era fazer o discípulo saber pensar segundo a ordem dos conceitos com referência ao real.

O *De magistro* é composto por quatro artigos: (i) se o homem pode ensinar e ser dito mestre, ou se somente Deus; (ii) se alguém pode ser dito mestre de si mesmo; (iii) se um homem pode ser ensinado por um anjo; (iv) se ensinar é ato da vida ativa ou da contemplativa. Sobre isso comenta Mary Mayer:

Os quatro artigos do *De magistro* são a súpula da concepção do Aquinate sobre a educabilidade humana. O primeiro artigo representa o homem como autoativo; o segundo, como plástico, precisando do auxílio do mestre, embora capaz de aproveitar bem o auxílio oferecido; o terceiro artigo apresenta-o como livre e deliberado, se bem que suscetível da influência dos ideais; o quarto considera-o o arquiteto do caráter (*In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 107*).

O *Artigo I*, intitula-se “Se o homem pode ensinar e ser dito mestre, ou se somente Deus”. Depois de apresentar os argumentos daqueles que consideram que somente Deus pode ser chamado de mestre, como também o posicionamento dos que defendem a tese de que o homem possui a capacidade de ensinar e ter o título de mestre, Tomás de Aquino defende que ambos, Deus e o homem, podem ser ditos mestres. Sobre isso comenta Mary Mayer:

Santo Tomás refuta as teorias de Platão e Avicena, afirmando serem as formas dispensadas exclusivamente por uma força extrínseca. Diz Santo Tomás que, por essa força extrínseca, Deus nos dá capacidades, mas que, ‘pela abundância de sua própria perfeição’, Ele confere aos seres o poder de lhes adquirir perfeição ou atualidade, por meio da atividade, quer própria, quer devida a agentes extrínsecos (*In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 108*).

Contudo, Deus e o homem não podem ser considerados mestres de forma unívoca, senão que apenas análoga, pois, “somos proibidos de chamar a alguém de mestre de modo a atribuir-lhe principalmente o magistério que a Deus compete” (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, ad 1, p. 412). Isso se justifica, porque, segundo Tomás de Aquino, somente Deus é capaz de ensinar, isto é,

causar conhecimento a partir do interior da mente humana; o ensino humano, por sua vez, é exterior à mente humana. Sobre isso fala o Aquinate:

Deus é causa da ciência do homem de modo excelentíssimo, uma vez que adornou a alma com a luz intelectual e, lhe imprimiu o conhecimento dos primeiros princípios que são como que sementes das ciências, assim como, nas outras coisas naturais, imprimiu as razões seminais de todos os efeitos a serem produzidos (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 3, solução, p. 420).

Iluminar é ato próprio do mestre e ninguém além de Deus ilumina todo o homem (cf. prólogo do Evangelho de São João). Contudo, pela eminência de sua bondade, confere às outras coisas não apenas que sejam, mas também que sejam causas. Assim, segundo Batista, “o ensino humano é coadjutor do ensino divino, razão pela qual Deus é o mestre por excelência e o ser humano pode ser o mestre auxiliar” (Batista, 2010, p. 93), como podemos constatar pela seguinte passagem no *De magistro*:

O processo da razão que chega ao conhecimento do desconhecido ao inventar, dá-se porque aplica os princípios comuns, por si mesmos conhecidos, a determinadas matérias, e daí caminha para determinadas conclusões, e dessas a outras. Donde, segundo isso, se diz que alguém ensina a outrem, porque tal discurso da razão, que ele se faz por razão natural, expõe a outro por meio de sinais e, assim, a razão natural do discípulo, através daquelas coisas a si propostas, como através de alguns instrumentos, chega ao conhecimento do desconhecido. Assim, como se diz que o médico causa a saúde no doente com a operação da natureza, também se diz que o homem causa a ciência em outro pela operação da razão natural deste, e isso é ensinar. Daí se diz que um homem ensina a outro e é seu mestre [...]. [Porém], a luz da razão pela qual os princípios nos são conhecidos, foi posto em nós por Deus, como certa semelhança da verdade incriada em nós resultante. Donde, como todo ensinamento humano não pode ter eficácia senão pela virtude daquela luz, consta que somente Deus ensina, interior e principalmente, assim como a natureza cura, interna e principalmente. Não obstante, se diz, propriamente, que o homem cura e ensina pelo modo mencionado (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, solução, p. 412).

Assim, no caso do ensino, ao afirmar que Deus também age pelas criaturas, Tomás de Aquino se manifesta contra o pensamento da época que acreditava ser Deus o único agente no ensino.

Segundo Tomás de Aquino, preexistem em nós algumas “sementes das ciências”, ou seja, as primeiras concepções do intelecto agente, que, imediatamente, sob a luz do intelecto agente, são conhecidas pelas espécies abstraídas dos sensíveis e, desta maneira, imediatamente, o intelecto as apreende. São desses princípios universais que seguem-se todos os princípios, como de algumas *razões seminais*.¹¹ Os hábitos das virtudes preexistem em nós, em certas inclinações naturais e, apenas pelo exercício e pelas obras é que são levadas ao ato. Quando, pois, dos conhecimentos universais a mente é levada para conhecer as coisas particulares, que antes estavam em potência, então se diz que adquiriu conhecimento.

Pelo que diz o Doutor Comum (cf. Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, solução, p. 411), algo preexiste em potência de dois modos: (i) na *potência ativa completa*, ou seja, quando o princípio intrínseco pode, suficientemente, levar ao ato perfeito, como no caso da cura; (ii) na *potência passiva*, ou seja, quando o princípio intrínseco não é suficiente para levar ao ato. Assim, quando preexiste algo na potência ativa completa, então o agente extrínseco age ajudando o agente intrínseco, e ministrando-lhe os meios pelos quais possa passar ao ato. No entanto, quando algo preexiste apenas em potência passiva, então é o agente extrínseco que leva principalmente da potência ao ato, ou seja, ele eduza.

Por essa razão, conclui o Aquinate: “A ciência preexiste naquele que aprende em potência não apenas passiva, mas também ativa. Do contrário, o homem não poderia por si mesmo adquirir ciência” (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, solução, p. 411). Portanto, assim como alguém se cura ou pela operação da natureza ou pela natureza com a ajuda da medicina, assim também são dois os modos de adquirir ciência: *invenção* (por si mesmo) e *disciplina* (com ajuda externa).

¹¹Segundo Marcos Costa e Ricardo Evangelista Brandão (cf. 2007, p. 21), “razões seminais são criaturas criadas apenas em potência que se tornarão ato no decorrer do tempo”. Assim, o conhecimento no discípulo não existe em ato, mas como *razões seminais*, isto é, em potência como sementes de todos os conhecimentos posteriores. Assim, pelo ensino, é passado de potência para o ato um conhecimento *semelhante* ao que está no mestre, mas não em sentido numérico.

Ademais, o Aquinate também se apoia em Mt 23, 8-9, onde se diz ao mesmo tempo: “Um só é o vosso mestre” e, em seguida, “um só é o vosso Pai”. Explica o Doutor Comum: “Que Deus seja Pai de todos não exclui que também o homem não possa verdadeiramente ser dito pai. Logo, também por isso, não se exclui que o homem não possa ser dito mestre” (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, *sed contra* 3). Além disso, explicando as palavras de Santo Agostinho diz que ele, na obra *Sobre o Mestre*, ao provar que só Deus ensina, não quer excluir que o homem não ensine exteriormente, mas dizer que só Deus ensina interiormente.

Por conseguinte, a conclusão do *Artigo I* é que Deus é quem principalmente ensina ao homem, iluminando-o interiormente, isto é, infundindo-lhe, ou dando-lhe potências. O homem, por sua vez, pode desenvolver por si mesmo tais potências, pelo processo de invenção, podendo, também, aceitar o auxílio de um mestre que ajude a sua natureza, tal como faz o médico ao paciente (cf. Mayer, *In: Mayer ; Fitzpatrick*, 2023, p. 114; Silva, 2020, p. 31).

O *Artigo II*, intitula-se “Se alguém pode ser dito mestre de si mesmo”. Tomás de Aquino fala do ensino em contraposição à aquisição de conhecimentos por si próprio. Visto que a *invenção* consiste numa atividade interna à mente e a *disciplina* numa atividade externa, como observamos no *Artigo I*, agora o Doutor Comum considera que embora alguém possa ser chamado mestre de si mesmo, contudo, não o pode absolutamente, senão que *sob certo aspecto*.

Sobre isso comenta Santo Tomás de Aquino:

Quando a ciência é adquirida por alguém por meio de um princípio intrínseco, aquilo que é causa agente da ciência não tem a ciência a ser adquirida, senão em parte, ou seja, quanto às razões seminais da ciência, que são os princípios comuns, e, por isso, de tal causalidade não pode ser extraído o nome de docente ou de mestre, falando propriamente (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 2, solução, p. 416).

Isso porque o ensinamento implica a perfeita ação da ciência no docente, daí que convém que o mestre seja aquele que tenha a ciência que causa no outro, explícita e perfeitamente.

Aprender é obrar de atividade própria, pelo qual se forma o hábito intelectual. Segundo Mary Mayer (cf. *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 114*), “o ensino constitui o auxílio desse processo, no sentido de fornecer materiais e instrumentos”. O homem é capaz da universalidade porque é plástico, e, graças ao seu intelecto, naturalmente capaz de aprender o conceito universal que representa número infinito de indivíduos particulares; e igualmente aos seus sentidos, que lhe dão acesso a tudo o que há no mundo material, onde começa o seu conhecimento.

Contudo, o tributo que o homem paga à plasticidade, é não poder ensinar a si mesmo, ou seja, ser seu próprio mestre. Pois não possuiria nenhum conhecimento se não fosse auxiliado por algo exterior, não apenas por um mestre, mas também pelo próprio mundo que possui acesso através da experiência. Todo o conhecimento provém de um conhecimento anterior. Como observamos ao tratar do processo para a aquisição do conhecimento, as imagens são o resultado da experiência sensível, assim, o homem depende, quanto a esse particular, do ambiente que o cerca. Razão pela qual, é necessário que haja experiência sensível a fim de haver conhecimento em ato. Assim, o homem possui ótimos mestres: os símbolos, o universo ordenado, os livros das várias épocas e outros.

O conceito de “ente” é aquele no qual conhecemos tudo por adjunção. Todo o aprendizado consiste no desenvolvimento desse conceito. E o aprendizado é a atualização dos *princípios comuns* ou *primeiros princípios* infundidos por Deus enquanto razões seminais. Ou seja, os primeiros princípios da razão especulativa necessários para todo conhecimento especulativo, e os primeiros princípios da razão prática necessários para bem ordenar os atos humanos.

Assim, como o magistério implica uma relação de superioridade, então semelhantes relações não podem estar em alguém para si mesmo. Logo, não pode alguém ser dito mestre de si mesmo. Isso porque o ensinamento implica a perfeita ação da ciência no docente, porém, no caso de alguém ser mestre se si mesmo, a mesma pessoa teria que ter em ato a ciência, e não ter, de modo a poder ensinar a si mesmo, e isso é impossível.

Por isso mesmo, em certo sentido, Santo Tomás de Aquino defende a superioridade do ensino:

O modo de aquisição da ciência por invenção é mais perfeito da parte de quem recebe a ciência, pois se mostra mais hábil para conhecer. Entretanto, da parte daquele que causa a ciência, o modo mais perfeito é por meio do ensinamento. Isso porque o docente, conhecendo explicitamente toda ciência, pode mais expeditamente induzir à ciência do que alguém que é induzido por si mesmo através dos princípios da ciência que possui em certa generalidade (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 2, ad, 4, p. 416-417).¹²

25

Por conseguinte, a conclusão do *Artigo II*, é que é perfeitamente possível que alguém, pela luz da razão, possa chegar ao conhecimento de muitas coisas através da *invenção*. No entanto, isso não permite ao homem considerar-se mestre de si mesmo porque o ensino pressupõe que o mestre tenha a ciência que causa no outro de modo perfeito, e, nele mesmo, enquanto aprendiz, não preexiste a ciência completamente porque cada coisa é cognoscível, enquanto é atual, não, porém, enquanto é potencial; ora, “é impossível que aquele que ensina aprenda, pois é necessário que ele, ao ensinar, tenha a ciência, já o discente não a tem” (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 2, *sed contra* 1, p. 416). Portanto, o homem não pode ensinar a si próprio, mas é discípulo eficiente (cf. Mayer, *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 126*)¹³.

O *Artigo III*, intitula-se “Se um homem pode ser ensinado por um anjo”.¹⁴ O Aquinate considera que ao anjo, ente puramente espiritual e sem mistura de matéria, “nada impede que o espiritual seja proporcionado ao que age no corporal, pois nada impede que o inferior seja submetido à ação superior” (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 3, ad 14, p. 422).

Por ser o anjo criatura espiritual intermediária entre Deus e o homem, também possui um modo de ensinar intermediário. Apesar de ser incapaz de infundir a luz intelectual, como Deus faz; pode, entretanto, fortalecer a luz

¹²Aqui há uma clara defesa da importância do mestre na formação do discípulo.

¹³Por razões que manifestaremos mais adiante, acreditamos que os Artigos 2 e 4 são também como que uma resposta de Tomás de Aquino após os incidentes entre os seculares e mendicantes, e reitera a importância do mestre.

¹⁴Esse não é um artigo que nos interessa muito, pois foge da nossa intenção que é mostrar como os princípios de Tomás de Aquino se relacionam com mestre e discípulo no processo de formação. Contudo, falaremos brevemente para que não fique ausente a integralidade do que é dito no *De magistro*.

infundida por Deus no homem, para que este veja de modo mais perfeito, porque possui naturalmente a luz natural mais perfeitamente do que o homem. Assim, pode para o homem ser causa de saber.

Sobre isso diz Santo Tomás de Aquino:

O anjo, entretanto, porque tem naturalmente a luz natural mais perfeitamente do que o homem, de uma e outra parte pode ser para o homem causa de saber. Porém, de modo inferior com relação a Deus, e superior em relação ao homem. Com efeito, da parte da luz, embora não possa infundir a luz intelectual, como Deus faz, pode, porém, reforçar com a luz infusa, para que veja de modo mais perfeito.

[...] Da parte dos princípios, também pode o anjo ensinar ao homem [...]. Formando na imaginação algumas espécies, que podem ser formadas a partir da comoção de um órgão corporal, como se evidencia nos que dormem e doentes mentais, que, segundo a diversidade de vapores que lhes sobem à cabeça, são dominados por diversas imagens (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 3, solução, p. 420-421).

Tomás de Aquino esclarece o modo pelo qual o anjo pode ensinar ao homem para que não se pense que poderia ensinar comunicando o conhecimento dos primeiros princípios, como faz Deus; e tampouco propondo dedução a partir de princípios, como faz o homem.

Por conseguinte, a conclusão do *Artigo III*, é que é possível ao anjo ensinar ao homem desde que aja formando na imaginação algumas espécies através do estímulo de órgão corporal, isto é, desde que estimule sensivelmente o homem.

O *Artigo IV*, intitula-se “Se ensinar é ato da vida ativa ou da contemplativa”. Em sentido contrário às objeções, Santo Tomás de Aquino diz que por pertencerem as obras de misericórdia à vida ativa e o ato de ensinar estar computado entre as espirituais, então ensinar é ato da vida ativa (cf. Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 4, *sed contra* 2, p. 423).

A vida contemplativa e a vida ativa distinguem-se entre si, na matéria e no fim. Pela matéria, uma vez que a vida ativa se ocupa das coisas temporais, acerca das quais versa o ato humano, portanto, campo da Ética Teológica nas ciências práticas; ao passo que a matéria da vida contemplativa são as essências

inteligíveis das coisas, ou seja, as razões conhecíveis.¹⁵ Pelo fim, uma vez que a vida ativa tem como finalidade a operação pela qual se procura atender às necessidades do próximo; ao passo que o fim da vida contemplativa é a visão da verdade incriada, segundo o modo possível ao contemplativo (cf. Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 4, solução, p. 424).

Sobre isso comenta Gustavo Araújo Batista:

Santo Tomás propõe a compreensão do significado de tais expressões, apresentando a vida ativa como a dimensão prática da existência humana, isto é, o conjunto de todo e qualquer tipo de ação que o ser humano possa cometer ou omitir, sendo, por seu turno, a vida contemplativa a expressão que traduz a dimensão teórica da existência humana, ou seja, o conjunto de todo e qualquer tipo de teoria que o ser humano possa elaborar, observar ou compreender [...]. Assim, a finalidade da vida ativa é a orientação da ação da existência humana no âmbito do plano terreno, material e sensível, enquanto que a finalidade da vida contemplativa é a orientação da contemplação da existência humana no âmbito do plano celeste, espiritual e inteligível (2010, p. 68).

27

Entretanto, embora o Doutor Angélico ressalte o caráter ativo e contemplativo do ato de ensinar, ele conclui o *Artigo IV* defendendo que o ato de ensinar pertence mais à vida ativa que à vida contemplativa, porque, da parte de sua finalidade, isto é, de causar a ciência em alguém, é somente da vida ativa, pois é nela mesma que se consegue o fim intencionado.¹⁶

Sobre isso diz Santo Tomás de Aquino:

No ato de ensinar, encontramos dúplice matéria, e como sinal disso, usa-se, no verbo que expressa o ato de ensinar, dois acusativos. E assim, pois, o assunto, que se leciona é uma matéria do ensino e, aquele ao qual se transmite a ciência, é a outra matéria. Pela razão da primeira matéria, o ato de ensinar pertence à vida contemplativa,

¹⁵Segundo o Aquinate, a razão dessa distinção é que a matéria é determinada segundo a exigência do fim (cf. Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 4, solução, p. 424).

¹⁶Segundo Rodrigo Godoi, importa lembrar que para se compreender esta tese de Tomás de Aquino, deve-se levar em conta que por detrás da argumentação elaborada no Artigo 4, encontram-se delineados elementos do próprio ambiente universitário do século XIII, principalmente, no que tange à postura dos pregadores no ensino universitário e na pregação. Lembrando que a questão foi disputada no ano letivo de 1257-8, logo após os incidentes entre seculares e mendicantes. Sem que tiremos o esforço e a defesa especulativa da posição do Doutor Comum, talvez o artigo também pode ser tomado como uma defesa quanto ao lugar dos mendicantes na sociedade medieval e, em particular, na universidade de Paris. O Artigo 4 reitera a importância da vida ativa, assim como a resposta ao quarto argumento do Artigo 2 reitera a importância do mestre; juntos, os Artigos 2 e 4 sugerem, apropriadamente, a defesa da ordem dos pregadores (cf. Godoi, 2013, p. 69).

mas pela razão de segunda, pertence à ativa. Contudo, da parte de sua finalidade, o ensinamento parece pertencer somente à vida ativa, pois a última matéria dela, na qual se consegue o fim intencionado, é matéria da vida ativa. Daí que pertence mais à vida ativa que à contemplativa, embora também, de certa maneira, pertença à contemplativa, como se evidencia do que foi dito (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 4, solução, p. 424).

Quanto a questão de que no ato de ensinar encontramos dúplice matéria que tem como sinal o verbo que expressa o ato de ensinar, a saber, “doceo”, assim se explica: “*Doceo Mathaeum linguam Latinam*”, quer dizer, “Ensino latim a Matheus”, em latim é duplamente transitivo, ou seja, expressa tanto o *conhecimento ensinado* quanto *a quem é ensinado*.

Ademais, ao se entrar em contato com o *De magistro*, deve-se considerar que Tomás de Aquino desenvolve sua concepção de formação em oposição às doutrinas dominantes da época, especialmente aquelas que tinham um fundo aviceniano ou platônico (cf. Mayer, *In: Mayer ; Fitzpatrick, 2023, p. 94-101*)¹⁷.

Sobre isso diz Tomás de Aquino:

Alguns disseram que todas as formas sensíveis eram de um agente exterior, que é uma substância ou forma separada que chamam de “doador das formas” ou “inteligência agente”, e que todos os agentes inferiores naturais não são senão como preparadores da matéria para a recepção da forma. Semelhantemente, Avicena diz em sua *Metafísica* [IX, 2] que nossa ação não é causa do hábito honesto, mas a ação proíbe o hábito contrário e prepara para o hábito honesto, de modo que aconteça este hábito pela substância que aperfeiçoa as almas dos homens, e tal substância é a inteligência agente, ou outra substância semelhante a ela. Também diz que a ciência não é produzida em nós senão por um agente separado. Onde, no livro VI dos *Naturais* [*De anima* V, 5], Avicena coloca que as formas inteligíveis fluem para nossa mente da inteligência agente.¹⁸

¹⁷Segundo Danilo Marcondes, a teoria do conhecimento platônica sobre a doutrina da *reminiscência* ou *anamnese*, é aquela segunda a qual “temos um conhecimento prévio que a alma traz consigo desde o seu nascimento e que resulta da contemplação das formas, as essências das coisas, às quais contemplou antes de encarnar no corpo material e mortal. Ao encarnar no corpo, entretanto, a alma tem a visão das formas obscurecida. O papel do filósofo, através da *maieutica socrática* [grifo do autor], é despertar esse conhecimento esquecido, fazendo assim com que o processo tenha início e que o indivíduo possa aprender por si mesmo” (cf. *apud* Godoi, 2013, p. 69).

¹⁸Avicena defendia que só existia um intelecto agente, separado do ser humano, único e comum para toda a humanidade. Ou seja, a alma intelectual, diziam, é completamente separada do corpo. É intelecto distinto, a alma universal. No entanto, segundo José Silveira da Costa, é esse “entendimento agente que fornece ao entendimento paciente, próprio de cada indivíduo, as essências universais abstratas. Sem a ação do entendimento agente único e

Alguns tiveram parecer contrário, ou seja, que todas estas coisas eram inatas na realidade, e, portanto, não teriam causa exterior, mas apenas se manifestariam por ação exterior. Com efeito, alguns puseram que todas as formas naturais estariam latentes na matéria, em ato, e o agente natural não faria senão extraí-las do oculto ao manifesto. (...) Semelhantemente também, outros disseram que é da alma toda ciência co-criada de tudo e que, por semelhante ensinamento e auxílios exteriores da ciência, nada se faz de diferente que induzir a alma à recordação ou consideração daquilo que soube anteriormente - donde dizem que aprender só é lembrar-se.

Mas ambas as opiniões carecem de base razoável. Com efeito, a primeira opinião exclui as causas próximas enquanto atribui somente às causas primeiras todos os efeitos que provêm aos inferiores - no que é contrária à ordem do universo, que se tece pela ordem e conexão das causas. A causa primeira, com efeito, pela eminência de sua bondade, confere às outras coisas não apenas que sejam, mas também que sejam causas. A segunda opinião resulta em inconveniente quase igual. De fato, como o que remove uma obstrução não move senão por acidente, como se diz no livro VIII da *Física*, se os agentes inferiores não fazem outra coisa senão levar do oculto ao manifesto, removendo os impedimentos nos quais as formas e os hábitos das virtudes e das ciências se ocultavam, segue-se que todos os agentes inferiores só agem por acidente (Aquino, *De veritate*, q. 11, a. 1, solução, p. 410).

Assim, fica claro que a questão do *De magistro* tem uma abordagem acerca do ensino que foi desenvolvida dentro de discussões referentes a áreas mais amplas da doutrina filosófica e teológica de Tomás de Aquino.

Conclusão

Depois de compreender alguns conceitos da doutrina de Santo Tomás de Aquino, e após analisar os quatro artigos do *De magistro*, podemos observar que nele encontram-se os princípios fundamentais das doutrinas filosófica e teológica tomista sobre a educação, em que o discípulo ocupa o lugar principal, pois, a formação é sobretudo um esforço pessoal, porém, a importância do mestre é reiterada neste processo uma vez que o ensinamento implica a perfeita ação da ciência no docente e é este que é causa de saber no discípulo, enquanto propõe deduções a partir de princípios comuns.

separado dos indivíduos não se daria o conhecimento intelectual, pois o entendimento paciente permaneceria em potência” (*apud* Godoi, 2013, p. 69). Para mais detalhes (cf. Godoi, 2013, p. 69-70; Mayer, *In: Mayer ; Fitzpatrick* 2023, p. 94-101).

Por essa razão, Tomás de Aquino compara o mestre a um médico tratando o corpo (cf. *De veritate*, q. 11, a. 1, solução, p. 411), pois nenhum médico coloca saúde em um corpo enfermo; porém, por seus cuidados, ele permite que este corpo se cure pela vida que tem nele. Da mesma forma, o mestre apenas orienta o discípulo a ver por si mesmo através de uma luz que já está nele. Por conseguinte, o mestre precisa colocar e ordenar as perguntas da maneira certa para que o discípulo tenha conhecimento não mais em potência, porém em ato. Pois o conhecimento no discípulo não existe em ato, mas como razões seminais ou sementes de todos os conhecimentos posteriores. Assim, pelo ensino, é passado de potência para o ato um conhecimento *semelhante* ao que está no mestre.

Ademais, Deus é quem principalmente ensina ao homem, iluminando-o interiormente, isto é, infundindo-lhe potências. No entanto, isso não impede que o homem, por sua vez, desenvolva por si mesmo tais potências, pelo processo de invenção, podendo, também, aceitar o auxílio de um mestre que ajude a sua natureza.

Além disso, vimos que aprender é obrar de atividade própria, pelo qual se forma o hábito intelectual. E o ensino constitui o auxílio desse processo, no sentido de fornecer meios para alcançar o conhecimento em ato. Assim, todo homem tem aptidão para ser educado, enquanto a base do processo educativo é o princípio da atualização das potências. Por isso mesmo, o papel do mestre é indispensável porque ele dispõe do conhecimento em ato; além disso, enquanto agente exterior, é quem detém os meios para conduzir e fazer florescer o discípulo em seu desenvolvimento até possuir conhecimento em ato.

Essa é a razão da necessidade e importância da formação do profissional da educação com excelência, pois “a educação imprime nos espíritos a primeira, a mais poderosa e duradoura direção na vida” (Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, Pio XI). Isso porque a educação é sempre educação *de homens*. Por isso mesmo, de questões referentes ao seu fim, à sua individualidade, ao caráter, ao temperamento, aos atos humanos, à importância da liberdade no agir e no ato de aprender.

Assim, a educação trata de buscar uma constante promoção do homem em vista de sua causa final, a saber, a bem-aventurança na contemplação de Deus no Céu. Para que, na Jerusalém Celeste, o homem possa receber o *lumen gloriae*, isto é, a dilatação da inteligência e do amor diante da visão de Deus, primeiro motor, onde estará saciavelmente insaciável, numa eterna novidade.

Por isso mesmo poderíamos dirigir aos educadores as seguintes palavras: reconhece a tua própria dignidade, ó educador. Pois as boas escolas são fruto, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que são egregiamente preparados e instruídos na disciplina que deve ensinar e adornados de qualidades intelectuais e morais exigidas pelo seu ofício (cf. Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, Pio XI).

Tomás de Aquino não elaborou, de modo sistemático, uma abordagem dedicada única e exclusivamente ao tema da Educação e da Pedagogia, uma vez que, as reflexões realizadas acerca do processo de formação se encontram inseridas em universo de discussão e a um campo teórico mais amplo e complexo, que englobam discussões filosóficas e teológicas: “Prova disso é que suas ideias acerca da educação nada mais são que um subcapítulo que, por sua vez, encaixa-se em um contexto maior, no qual ele discute indagações acerca da verdade” (Batista, 2010, p. 95).

Ademais, de modo algum o *De magistro* pode ser considerado, com base nos moldes atuais, um tratado de Filosofia da Educação ou de Pedagogia, nem mesmo pode se atribuir ao Doutor Comum, “de acordo com o que requer o atual significado da expressão, a patente de filósofo (tampouco de teólogo) da educação” (Batista, 2010, p. 96).

Entretanto, tais constatações, sob hipótese alguma, diminuem a contribuição oferecida por Santo Tomás de Aquino ao campo da Educação e da Pedagogia. Pelo contrário, ao se estudar os princípios presentes no *De magistro* e as implicações oriundas dos mesmos, torna-se explícito que tais princípios, embora sofram acidentalmente os condicionamentos próprios do contexto histórico e cultural do século XIII, oferecem luzes perenes que indicam caminhos de solução para alguns dos problemas educacionais atuais,

especialmente quanto a má compreensão do papel do professor e do aluno, e a visão naturalista e fragmentada do ser humano (cf. Godoi, 2013, p. 77-78).

Em suma, esperamos que este trabalho seja propício e ajude a redescobrir o pensamento de Santo Tomás de Aquino, no que diz respeito às suas considerações acerca da teoria e prática educacional, para que, assim, não apenas os estudiosos de filosofia e teologia, mas também os pedagogos, reconheçam o quanto o pensamento do Doutor Angélico ainda pode contribuir e oferecer ao homem contemporâneo, por ser, justamente, o tomismo uma doutrina perene e viva. Com o tomismo, aprendemos a evitar os erros do passado sem deixar de abraçar as verdades que nunca passam.

Referências

AQUINO, Santo Tomás de. **Sobre o ensino (De magistro) e Os sete pecados capitais**. Tradução e estudos introdutórios de Luiz Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica**. Tradução de G. C. Galache et al. São Paulo: Loyola, 2001-2006. 9 vols.

AQUINO, São Tomás de. **Os princípios da realidade natural**. Tradução e introdução de Henrique Pinto Rema. Portugal: Porto Editora, 2003.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma contra os gentios**. Tradução de Odilão Moura. Campinas: Ecclesiae, 2017.

AQUINO, Thomae de. Opera omnia iussu Leonis XIII P. M. edita, t. 22: **Quaestiones disputatae de veritate** (Ad Sanctae Sabinae/Editori di San Tommaso, Roma, 1975-1970-1972-1973-1976) 3 vol. 5 fascicula.

AQUINO, Santo Tomás de. **Questões disputadas sobre a verdade**. Tradução de Maurílio Camello. Campinas: Ecclesiae, 2023.

AQUINO, Tomás de. **Comentários à Metafísica de Aristóteles I-IV**. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Vide Editorial, 2016. vol. 1.

BATISTA, Gustavo Araújo. O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia. **Educação Unisinos**, v. 14, n. 2, p. 82-96, 2010.

CALDERÓN, Álvaro. **Umbrales de la filosofía** - cuatro introducciones tomistas. Mendoza: República da Argentina, 2011.

CALDERÓN, Álvaro. **La naturaleza y sus causas**. Buenos Aires: Ediciones Corredentora, 2016.

CALDERÓN, Álvaro. **El orden sobrenatural: una inmersión en el tomismo profundo**. Buenos Aires: Ediciones Corredentora, 2020.

COSTA, Marcos Roberto Nunes ; BRANDÃO, Ricardo Evangelista. A teoria da criação, segundo Santo Agostinho. *Ágora Filosófica*, Ano 7, n. 1, p. 7-26, 2007.

FAITANIN, Paulo. Educar: a arte de formar o intelecto na verdade, a vontade no bem e a escolha na liberdade, segundo São Tomás de Aquino. *Aquinate*, nº 5, p. 196-220, 2007.

FAITANIN, Paulo. O papel dos sentidos internos na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. *Aquinate*, n. 6, p. 234-241, 2008.

GODOI, Rodrigo Aparecido de. A concepção educacional de Tomás de Aquino: um estudo do *De magistro*. *Theoria*, v. 5, nº 14, p. 61-83, 2013.

LAUAND, Jean. Estudos introdutórios. In: AQUINO, Santo Tomás de. **Sobre o ensino (De magistro) e Os sete pecados capitais**. Tradução e estudos introdutórios de Luiz Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 3-22.

LAUAND, Jean. Tomás de Aquino: filosofia e pedagogia, *Acta Scientiarum*, v. 34, n. 1, p. 11-18, 2012.

MANSER, Gallus. **La esencia del tomismo**. Madrid: [s.n.], 1947.

MAYER, Mary. A filosofia pedagógica de Santo Tomás de Aquino. In: MAYER, Mary ; FITZPATRICK, Edward (ogs.). **Filosofia da educação, segundo Santo Tomás de Aquino**. São Paulo: Editora Rumo à Santidade, 2023, p. 83-143.

PEREIRA, Carolina B. **Reflexões acerca da formação intelectual e moral na filosofia da educação de Santo Tomás de Aquino**. Recife: [s.n.], 2013.

PIO XI. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html.

RIVERA, Wilson Fernando Mendoza. El buey mudo de Sicilia: el legado de Tomás de Aquino. In: GAVIRIA, Santiago Echeverry ; RIVERA P., Juan Felipe (orgs.). **Persona y educación en Tomás de Aquino: lecturas contemporáneas**. Colombia: Ediciones USTA, 2021, p. 51-75.

REALE, Giovanni ; ANTISERI, Dario. **História da filosofia II: Patrística e Escolástica**. Tradução de Ivo Stomiolo. São Paulo: Paulus, 2017.

SCHERER, Daniel Corteline. **A raiz antitomista da modernidade filosófica**. 2. ed. Formosa: Edições Santo Tomás, 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Organizador Curricular Trimestral da FGB Filosofia**. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/ensino-médio/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Gustavo Felipe. **O ensino na obra *De magistro*, de Tomás de Aquino**. Medianeira: 2020.